

A PROBLEMÁTICA



DE BRASÍLIA - I

Numa mesa-redonda, aqui no "CB", o secretário de Finanças do GDF, Tupinambá Valente; o presidente do BRB, Celso Albano; o superintendente da Sudeco, René Pompêo de Pina, e os empresários Newton Rossi, Lindberg Aziz Cury e Luiz Estêvão discutem a criação de uma Secretaria de Indústria e Comércio em Brasília, a região geoeconômica e as microempresas

Brasília não pode ser industrializada

NOVA SECRETARIA

Ela deve vir, mas não para encher de indústrias o DF

Newton Egydio Rossi — O problema é questão de enfoque, somente. Eu tenho a impressão de que está havendo um equívoco muito grande por parte dos empresários de Goiás, que são nossos amigos, nós sempre nos batemos por um entendimento até fraterno. Eu estou achando que está havendo qualquer coisa errada aí, e até sugeri há pouco tempo uma troca de idéias, nós formulamos um documento, assinado pela Associação Comercial que é quem levantou a bandeira da Secretaria da Indústria e Comércio, e que recebeu desde a primeira hora do apoio integral da Federação do Comércio, e continua recebendo, para que nós façamos um documento sério expondo as razões por que os empresários desejam essa Secretaria, que consideramos uma necessidade. Brasília tem status de Estado e talvez seja um dos poucos ou mesmo o único que não tem a sua Secretaria da Indústria e Comércio. E penso que não tem nada a ver uma Secretaria da Indústria e Comércio com o Polo Industrial; são coisas distintas. Até em termos de uma Secretaria da Indústria e Comércio iria disciplinar a instalação de indústrias aqui, evitando as indústrias poluentes, as grandes indústrias que gerariam problemas sociais de alta monta. Para nós é um problema apenas de enfoque, está havendo uma visão distorcida do problema, ou alguma demagogia política que não entendemos, mas quero crer que o Presidente, se falou, acreditamos até que não, preferimos que não, mas se falou, ele ainda não tem os elementos necessários para um julgamento final, foi naturalmente uma expressão, assim, que ele faz a toda hora, naquelas perguntas improvisadas que surgem. Mas, temos a certeza que, de posse de um documento que pretendemos, liderado pela Associação Comercial, pelo nosso amigo Lindberg...

Lindberg Aziz Cury — Liderado não, conjuntamente.
Newton Rossi — Conjuntamente, com todo o apoio de todos os segmentos da classe empresarial de Brasília, o que vale dizer, a Associação Comercial, a Federação do Comércio, Federação das Indústrias, os Sindicatos que compõem as Federações do Comércio ou da Indústria, as Associações Comerciais das Cidades-Satélites, o Clube de Diretores Lojistas — esse documento irá sensibilizar o Presidente, e tendo certeza que ele estudará melhor a questão e terá então, depois, uma definição já em cima de elementos objetivos para um julgamento melhor. Agora, que há uma necessidade, isso é indiscutível; nós precisamos de um canal mais amplo, mais largo e mais adequado para um contato melhor com o Governo, se bem que sempre tivemos, mas é óbvio que uma Secretaria da Indústria e Comércio iria, inclusive, disciplinar e ajudar demais o desenvolvimento do comércio de Brasília.

Ainda hoje lemos umas declarações do Secretário de Finanças, formidáveis, que nos encheram de entusiasmo — o comércio realmente é uma grande força de Brasília. Brasília é uma cidade que tem 1 milhão e meio de habitantes, e o comércio aqui já deu provas. A expressão empresarial que nós temos aqui, o Wagner Canhedo, do Viplan, o Osório da Brasal, o próprio Lindberg, o Luiz Estêvão, que é um empresário jovem — hoje, o Grupo OK é o maior revendedor do mundo, de pneus e pouca gente sabe disso, é um grupo empresarial que tem sede em Brasília, e que tem a dirigi-lo um empresário jovem como o Luiz Estêvão, que é de Brasília. Então, Brasília hoje é uma expressão nacional ponderável, e tenho a impressão de que essa polêmica com o empresário de Goiás em nada resultaria. O que nos interessa é uma mesa redonda que vamos fazer, à semelhança dessa — nós trocamos idéia com o Lindberg ainda há pouco, vamos convidar os empresários de Goiás para virem a Brasília e aqui debater o problema — po-

deria até ser sob os auspícios do Correio Braziliense, também. Vamos fazer isso, e temos a certeza de que aqui eles vão compreender que a nossa intenção não é industrializar Brasília, mas nós temos o direito também de reivindicar, de pedir aquilo que achamos justo e necessário para Brasília. Este é o nosso ponto de vista.

CB — Talvez o que eles temam é que Brasília tenha uma força política grande, e realmente possa usar essa força política para industrializar-se.

NEWTON ROSSI — Não procede. Veja bem, nós estamos aqui diante do Secretário de Finanças, o homem que manuseia a economia local e sabe dos recursos com que conta o Distrito Federal. Jamais nós teríamos recursos para montar uma infraestrutura para grandes indústrias como tem o DAIA, em Anápolis. O DAIA tem uma infraestrutura extraordinária feita pela Hidroservice, na Região Geoeconômica — como diz o Lindberg sempre nas entrevistas, "nós temos é que apoiar a Região Geoeconômica", apoiando a instalação de grandes indústrias, dentro daquele projeto que foi esquecido, da

Sudeco, o Projeto da Região Geoeconômica de Brasília que prevê os pólos industriais em Anápolis, Luziânia, Uruaçu e Formosa, com toda infraestrutura social, escolas, hospitais, uma série de coisas.

LINDBERG — Eu acrescentaria, também que nós partimos de um princípio de que existe uma filosofia aqui no Distrito Federal que é contra a implantação de indústrias de grande porte, e justamente essas poluentes que foram mencionadas pelo Dr. Newton; nós também defendemos esse ponto de vista, nós não queremos Brasília com essas grandes indústrias poluentes não queremos mesmo. Goiás também aceita essas indústrias poluentes, e o Presidente da República, com justa razão, fez esse pronunciamento contra a Secretaria, talvez pensando que, segundo a argumentação que eles estão "vendendo" não sei a troco de que, de que a classe empresarial de Brasília luta pela Secretaria, principalmente pela implantação de indústrias de porte pesado aqui no Distrito Federal.

Nós vamos dar um exemplo que caracteriza bem esse caso. Recentemente nós pleiteamos do Governo local áreas no Setor de Indústria de Ceilândia e de Taguatinga. Pedimos Ceilândia e Taguatinga, e Taguatinga principalmente, uns lotes pequenos, e o Governo liberou esses terrenos para nós. E os industriais já estão montando lá um esquema: formar uma pequena indústria de transformação. Mas os lotes são tão pequenos que não permitem crescimento. Na verdade serão indústrias de transformação; e indústrias, de montagem de gravador, indústrias de montagem de rádio, de montagem de equipamentos que não precisam ter usinas e energia em grande escala. Agora, para Brasília é interessante, porque vai aprimorar mão-de-obra, para Brasília é interessante porque aumenta os impostos. O Fernando Valente está lutando intransigentemente para dar um status de capital, independentemente do Governo Federal — é uma luta dele há muito tempo. E Goiás, por razões políticas, e eu não sei se eu deveria denunciar isso, porque realmente deve ser feito em caráter de denúncia, porque são manobras políticas tentando menosprezar uma idéia em troca de programas eleitorais. Eu vou dizer o que é, eu acho que devemos esclarecer esse assunto. Logo que nós tomamos conheci-

No "Dia do Comerciante", que transcorreu na última sexta-feira, uma festa promovida pela Federação do Comércio de Brasília, no Hotel Nacional, reuniu quase mil pessoas, entre empresários, representantes dos governos federal e estadual, e outros convidados. Foi uma demonstração de força do comércio de Brasília, atividade econômica que aqui, onde a indústria é incipiente, e limitada pelas próprias condições da região e da capital federal, e onde a agricultura está apenas começando a se desenvolver, é de importância vital.

Para discutir os problemas do comércio, suas perspectivas, Brasília dentro da região geoeconômica, e uma das principais reivindicações dos comerciantes, tendo à frente Newton Rossi, presidente da Federação do Comércio de Brasília, e Lindberg Aziz Cury, presidente da Associação Comercial do DF, que é a criação, na estrutura do GDF, de uma Secretaria de Indústria e Comércio, o "Correio Braziliense", reuniu, numa mesa-redonda, os dois dirigentes de classe, mais três dos homenageados pela Federação, no "Dia do Comerciante" — o secretário de Finanças do DF, Fernando Tupinambá Valente, o superintendente da Sudeco, René Pompeo de Pina, e o empresário Luiz Estêvão de Oliveira Neto, do Grupo OK, e o presidente do Banco Regional de Brasília, Celso Albano. Aqui e nas páginas seguintes, suas opiniões.



Na mesa-redonda do "CB", debate entre empresários, governo do DF e governo federal

mento disso, nós estranhamos que a Associação Comercial de Anápolis estivesse tomando essa posição, dessa maneira. Estranhamos porque nós temos posição clara e definida — hoje eu dei uma entrevista e o Newton deu outra, ontem — eu nem sabia da entrevista dele e nem nós havíamos conversado, mas há pontos de acordo, há uma identidade perfeita nas nossas entrevistas. Então, nós temos um ponto de vista firmado aqui em Brasília, não queremos Brasília apenas como um centro administrativo e não poluente. Agora, um político muito hábil, muito inteligente, que transita em Brasília, foi até Anápolis, procurou o Presidente da Associação Comercial e sensibilizou-o de que essa Secretaria acabaria com o projeto de crescimento de Goiás. E aí, vai ele e levanta uma polêmica que para ele é muito interessante, o assunto está entrando, semana que vem ele já começa a aparecer através dos jornais de Brasília, de outras localidades, como o defensor da Região Geoeconômica, como o candidato de Goiás não sei se a Deputado ou a Senador, por um partido da oposição. E geram essa polêmica toda, em prejuízo de uma Secretaria que, meu Deus do Céu, não tem nada a ver com isso. Nós somos claros nos nossos pontos de vista, o que nós pretendemos e isso que foi explicitado pelo Dr. Newton, o que nós queremos é que Brasília mantenha essa tradição de centro de decisões do nosso país. As nossas empresas aqui estão fugindo de Brasília por não encontrarem amparo — eles estão indo para outras localidades, vendendo novas tecnologias lá fora: eu citaria a Eldorado está construindo mais de 2 mil apartamentos no Rio de Janeiro; e outras, também, estão saindo daqui de Brasília para outras localidades.

Então, são fatos políticos que estão assim aguçando a curiosidade de Goiânia, que saiu para carregar a bandeira, com Anápolis também, uma bandeira bofonia, a imprensa dá uma cobertura enorme, e virou um assunto palpante em todos esses lados, e atrás disso existem os salvadores da pátria que vão se beneficiar, se candidatar a Deputado, Senador, em razão da Região Geoeconômica. E, podem observar, a partir da semana que vem, de domingo em diante, vocês já vão ver os salvadores da Região Geoeconômica.

Nós enfrentamos desafios de tudo quanto é natureza, com dois, três anos, não sei há quantos anos que as entidades de classe estão lutando aí, para ganhar a simpatia da criação da Secretaria da Indústria e Comércio, depois que tivemos essa primeira manifestação do Governo Lamaison, e ao que tudo indica, também o atual Governo estaria e iria fazer uma análise, com amplas possibilidades de aprovação da criação da Secretaria.

LUIZ ESTÊVÃO DE OLIVEIRA NETO — Eu acho que existem duas coisas realmente separadas e diferentes, que estão sendo misturadas com o objetivo de distorcer tudo. O problema é que Brasília sempre teve uma indústria muito grande. É inegável que se Brasília não tivesse a indústria que teve durante todos esses anos, Brasília não chegaria ao ponto a que chegou: foi a construção civil. A construção civil é uma indústria, e teve em Brasília, talvez a maior expressão do Brasil nos últimos 20 anos, desacelerando-se a partir de 5 anos para cá. Então, Brasília nunca foi uma cidade sem indústria, acontece que a construção civil não chama atenção talvez por não ser polienli poluente e não tem aquela característica de fábrica, quer dizer, ela é uma indústria, vamos dizer assim, de fábricas móveis, ela se

move em direção ao seu canteiro. Então, na verdade, não há, na minha opinião, essa impossibilidade de se excluir totalmente a industrialização de uma cidade ou de uma região. Não tem a menor possibilidade disso, e se torna completamente inviável. Nós estamos enfrentando problemas aí que os jornais cansam de abordar, o problema de criminalidade, de desemprego e tudo isso, que são consequência exclusivamente da desaceleração da construção civil, e de não aparecer nada que pudesse substituir isso. Então dizer que Brasília nunca teve indústria não é verdade.

O outro ponto é o seguinte: a Secretaria da Indústria e Comércio necessariamente não modificará nada em relação às vontades do Governo, absolutamente, ela continuará sendo orientada do Governo para baixo e nunca de baixo para cima. Então, não faz a menor diferença; não é a Secretaria que acelerará uma industrialização de Brasília, não é a criação da Secretaria que acelerará um processo de desvirtuamento da Capital, nada disso: é apenas mais um instrumento de relacionamento empresários e Governo. Apenas isso. Se houver uma decisão do Governo, de orientar a cidade num sentido ou noutro sentido, independe da existência da Secretaria.

LINDBERG — Eu acho que foi muito bem enfocada. Inclusive, quem vai definir a filosofia de industrialização ou não é o Governo. O Governo é quem dá as linhas, a Secretaria não pode fazer, não vai fazer mesmo. Agora, isso não impede que se crie uma Secretaria de Indústria e Comércio.

A construção civil se desacelerou, e nada surgiu

NEWTON ROSSI — Eu aproveito a deixa do Lindberg para dizer: Região que tem o seu grande órgão que é a SUDECO, que apenas agora resolveu olhar pela região, na administração do René, diga-se de passagem, é uma homenagem a ele, razão pela qual a Federação do Comércio hoje (anteontem) outorga a ele a Medalha do M Mérito Comercial, como ao Lindberg, porque realmente o René vem fazendo um trabalho colossal em prol da região. **LINDBERG** — Ressalto o Simpósio sobre a Região Centro-Oeste, "Brasil Ceileiro do Mundo", que foi uma coisa fabulosa. Se houver

para fazer aquilo, o Brasil parece que seria um outro Brasil com aquilo tudo, a exportação, o mercado de trabalho, estradas...

NEWTON ROSSI — Ele projetou a região no Brasil todo.

CB — Isso implica desenvolvimento agrícola, implica em desenvolvimento industrial, em criação de escolas, de infraestrutura, quer dizer, o Projeto da Região Geoeconômica é isso.

RENÉ POMPEO DE PINA — E aí há um ponto a observar, pelo menos a sequência histórica dentro do espaço. Esta região funciona como uma região econômica, nós não podemos fazer uma abordagem isolada. Eu vou dar um exemplo que todos conhecem, é o caso de Goiânia e de Brasília. Eu me lembro muito bem quando começou Brasília, havia um susto por parte de algumas pessoas em Goiânia que tinham receio de que a criação de Brasília viria afetar o desenvolvimento de Goiânia e que as coisas iriam se conduzir todas

aquele núcleo de comércio e indústria existente na Secretaria de Agricultura, para que esse núcleo, desenvolvido, amanhã ou depois, pudesse vir a ser um embrião de uma futura Secretaria de Indústria e Comércio. Então, eu volto à indagação: esse diálogo através da Secretaria de Agricultura não tem sido bom, nos últimos tempos?

NEWTON ROSSI — Meu testemunho é de que tem sido o mais excelente possível, haja vista a Feira da Indústria e Comércio que foi feita com o Núcleo, Associação Comercial, Federação do Comércio, Federação da Indústria e Clube dos Diretores Lojistas, um sucesso. O diálogo, o canal existe, mas é um canal estreito, até porque um Departamento de uma Secretaria tem possibilidades infinitamente menores do que uma Secretaria. Dai a nossa reivindicação de que se crie uma Secretaria, para que esse canal seja mais amplo disciplinar e atenda melhor as necessidades de progresso do comércio

FERNANDO T. VALENTE — Eu acredito, pela experiência que se tem visto da União e dos outros Estados, a existência de uma Secretaria ou Ministério da Indústria e do Comércio não vai eliminar os contatos das outras áreas, vamos dizer, você continua contactando com o Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, CACEX, Banco do Brasil, porque são assuntos completamente estanques. A ação da Secretaria do Ministério, específica, ela é limitada, vai até certo ponto. Até há pouco tempo, vamos dizer, na área da Secretaria do Ministério da Indústria e Comércio, por exemplo, tinha-se lá o BNDE, mas agora, ele já foi deslocado para a área de planejamento, com outra roupagem e com outra finalidade. Então, esta indagação vem a propósito justamente de fazer sentir que esse diálogo pode ser feito via Governador, via Secretário de Agricultura, e ele não é só Secretário de Agricultura, é Secretário de Produção, talvez tenha havido assim, ao longo do tempo...

RENÉ POMPEO DE PINA — Eu acho que a questão de Secretaria em si é uma questão que eu não tenho ainda conhecimento em detalhes da idéia e quais seriam os projetos, por que criar ou não criar, eu apenas classificaria como uma medida meramente administrativa do Governo, isso não tem nada a ver com a política de industrialização do Distrito Federal. Uma vez definida a política de industrialização do Distrito Federal, essa sim, tem que ser cuidadosamente definida, levando em consideração a função da Capital e a função da Região Geoeconômica. Agora, a questão da Secretaria eu acho que é uma questão mais administrativa de Governo, o Governo pode criar quantas Secretarias quiser, desde que elas tenham função própria, eu acho que isso aí, na minha maneira de entender — eu estou tomando o assunto ainda superficialmente — isso não tem nenhuma consequência maior. Agora, o que nós temos que ter um cuidado muito grande é no sentido de procurar manter no Distrito Federal o tipo de indústria da classe de transformação adequada, compatível com a dimensão e a função do Distrito Federal, quer dizer, em limite nenhum pode-se estimular ou deve-se estimular qualquer instalação de indústria pesada ou de determinado porte aqui, no Distrito Federal. Este é um pensamento que nós temos bastante enfático.

LINDBERG CURY — Antes da sua chegada, René, nós já havíamos defendido, tanto a Federação quanto a Associação Comercial, essa idéia: nós somos contra a presença de indústria poluentes.

RENÉ POMPEO DE PINA — Acho que, no caso, vamos ouvir uma opinião, ver a entidade que poderia se ouvir, a primeira seria o próprio Governo do Distrito Federal para ver o que ele pensa, e o nome, porque às vezes o que está chocando é o nome. Por exemplo, no Mato

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE — Eu concordo plenamente com o seu posicionamento, René. E, quanto ao Luiz Estêvão, também eu acho que uma coisa não tem nada a ver com outra, industrialização e criação da Secretaria de Indústria e Comércio. Mas, objetivando para instruir um possível posicionamento quando esse assunto vier a ser estudado, eu perguntaria: as classes empresariais têm sentido dificuldade de diálogo com o Governo, digamos, através da Secretaria de Agricultura e Produção? Não se veja nesta minha indagação nenhuma colocação prévia contra ou a favor da Secretaria. Porque eu lembraria que a agricultura, afinal de contas, no Distrito Federal não tem uma grande expressão. Talvez, e essa foi a primeira preocupação do Governador Lamaison quando mandou fazer estudos, depois daquela Feira do Comércio de Brasília, então a idéia inicial que está escrita, formalizada é a de desenvolver

uma indústria que pode se instalar aqui é a eletrônica

de a indústria de Brasília.

de a indústria de Brasília.

A regionalização do crédito, até que haja condições de se criar um Banco de Desenvolvimento Regional para a geoeconômica de Brasília, é uma das propostas. Afinal, o que falta aqui é crédito ou são projetos que se candidatam a esses créditos? Recursos existem, mas não há projetos. O desenvolvimento de toda a região acaba acontecendo numa interdependência total



A PROBLEMÁTICA DE BRASÍLIA - I

Como industrializar?

Secretaria do Desenvolvimento Econômico. Ou pode ser Secretaria do Desenvolvimento Comercial e de Serviços. Eu acho, pelo menos no meu pouco conhecimento desse assunto específico aqui no Distrito Federal, que a primeira coisa que se poderia fazer, ou uma das coisas seria ouvir realmente a opinião do Governo do Distrito Federal, quer dizer, como é que ele pretende conduzir esse problema relacionado com indústria e com comércio, para se poder ter uma base.

FERNANDO T. VALENTE — Concordo. Existe aliás aqui, a propósito, um organismo que deveria estar exercitando essas funções, mas vem desviado há algum tempo, não bem uma Secretaria, talvez até mais adequada, que seria a CODEPLAN-Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central, mas que ao longo dos anos vem sendo desviado, transformou-se em gráfica, transformou-se numa empresa de processamento de dados e o essencial não vem sendo cumprido. Ela sim, teria...

NEWTON ROSSI — Faz uma falta extraordinária.

FERNANDO T. VALENTE — Ela há alguns anos está completamente desviada.

LUIZ ESTEVÃO — Uma coisa que eu acho que deveria também ser lembrada é o seguinte, é que a própria viabilidade da implantação de indústrias pesadas em Brasília, em termos de mercado ela é inviável, porque não haveria nada que justificasse economicamente, empresarialmente, a implantação da indústria pesada.

RENÉ POMPÊO DE PINA — E mesmo, porque há um aspecto, hoje, mais importante do que isso, existe uma legislação de meio ambiente já em vigor, que se alguém amanhã quisesse instalar uma indústria aqui, teria embargos de ordem legal antes disso.

LUIZ ESTEVÃO — Isso no caso de meio ambiente e poluição, mas mesmo assim nós teríamos determinados tipos de indústrias pesadas, por exemplo, que poderiam até se propor, teoricamente, dentro da legislação, se instalar em Brasília. Mas, economicamente é inviável, porque há de se considerar, em primeiro lugar, que a indústria pesada geralmente é uma indústria com finalidade de fornecer a outras indústrias. Ora, não há outras indústrias aqui, próximas, que possam absorver essa produção. O frete, hoje, é uma realidade a que ninguém pode fugir, Brasília

Ninguém pode ser contra a indústria de serviços

está a 1.200, 1000 km de São Paulo e Rio que são os grandes pólos industriais do Brasil. A própria tentativa de se fazer isso em Belo Horizonte redundou, em grande parte, em fracasso. Minas Gerais é hoje considerado o cemitério das indústrias pesadas. Então, independente dessa preocupação política, que é uma preocupação meramente política - repito até a palavra aqui do nosso Presidente da Associação Comercial - talvez até eleitoreira, existe o problema da viabilidade econômica, não é viável, acabou. E nenhum empresário se propõe a fazer um negócio que não seja economicamente viável.

RENÉ POMPÊO DE PINA — Essa observação sua é interessante, porque em matéria econômica nunca devemos estabelecer coisas categóricas. A própria lei do mercado praticamente vai-se conduzindo para o melhor caminho, e nessa questão industrial já existe aí uma perspectiva delineada, quase que consolidada, vamos dizer, eu citaria alguns pólos que hoje já têm uma personalidade própria, como é o caso do Polo Industrial de Anápolis, com indústrias pesadas variadas, é o caso de Catalão, que já se consolidou.

NEWTON ROSSI — Antes de você chegar nós levantamos esse problema aqui, citando esses pólos, que devem merecer, como um todo o nosso apoio. E falávamos, também, para aproveitar a oportunidade, da inviabilidade da instalação de um Distrito Industrial aqui, de porte mais elevado, até porque, nem a SUDECO e nem o Governo do Distrito Federal dispõem de recursos para uma infra-estrutura

como o do DAIA, feita pela HIDROSERVICE. A infra-estrutura que foi feita no DAIA é caríssima, e ninguém melhor do que você para avaliar quanto custaria hoje aquele tratamento de água, aquelas instalações de telefone, indústria, ferrovia, energia, seria inviável pela impossibilidade de financeira.

RENÉ POMPÊO DE PINA — Agora, por outro lado, vamos mudar o disco, ninguém pode ser contra a instalação de, vamos chamar de indústria de serviços, aqui em Brasília, de alto nível e de outros serviços dessa natureza, porque aí já é o contrário, aqui é o lugar ideal.

CB — A FIBRA está para ser renovada, e o Job, que é um dos candidatos, uma das coisas que ele defende é a indústria eletrônica, que é a opção japonesa, não poluente e que encontra mercado aqui.

NEWTON ROSSI — Diante do problema levantado agora, da tônica que foi dada agora, vê-se que naturalmente evidencia-se a necessidade da criação de Uma Secretaria de Indústria e Comércio, porque ela disciplinaria esse tipo de indústria que Brasília pode abrigar.

LINDBERG CURY — Quantas vezes no início de Brasília, chegava aqui uma pessoa que queria fazer uma aplicação, a construção de algumas coisas, perguntava: "Qual é o melhor negócio?" - O melhor negócio é

Indústria pesada em Brasília é inviável

farmácia". Daqui a uns dias tinha dez farmácias na mesma quadra, e todas elas entrando em estado de falência, muita gente quebrou; passaram para a época das panificadoras, das gráficas e hoje nós vivemos a época do bom negócio - os hotéis. Os hotéis estão aí, para o próximo ano teremos triplicada a ocupação de hotéis, de oferta.

LUIZ ESTEVÃO — Sobre esse problema de eletrônica, por exemplo, eu citaria que realmente essa posição do Job é muito boa. E o Brasil, Brasília, infelizmente talvez tenha perdido até essa oportunidade, porque hoje Campinas está-se tornando o grande centro brasileiro, porque esse tipo de indústria tende a se concentrar num lugar só, pelo próprio nível de tecnologia que é muito alto. E essa era uma área ideal para Brasília. Primeiro que são componentes não poluentes, de uma sofisticação de produção muito grande e de pessoal também muito grande. E com um detalhe, o frete disso aí é muito barato, porque são unidades de um peso específico baixo e de valor específico muito alto. Essa seria, na minha opinião, talvez, a grande alternativa de Brasília, em termos de industrialização. E um tipo de indústria que, primeiro, conviveria com a grande revolução que vem aí pela frente, da chamada "Terceira Onda", a onda da Informática. Então, teríamos, com o Governo Federal, SERPRO, aqui tem tudo isso, condições de desenvolver aqui uma indústria de alto nível para trabalhar junto com o Governo Federal, nessa área. E é um campo que eu, sinceramente, embora não possa fazer um estudo tão amplo quanto o Sr., eu diria que "a priori" seria a grande opção de Brasília, embora já estejamos um pouco atrasados.

FERNANDO T. VALENTE — Embora atrasados mas há possibilidades. Porque, com esse problema aí, talvez, de equipamento das Forças Armadas, é possível que alguma dessas empresas ligadas ao Governo venham a fazer a opção por Brasília; já estão vindo a PROLOGO, DIGIBRAS e tudo, então, há possibilidade de se atrair, porque isso Brasília tem demais, cérebro, muita universidade, paz, clima adequado - que Campinas não tem - superseco, e com isso há condições naturalmente.

LUIZ ESTEVÃO — "A priori", Brasília parecer ser o lugar ideal para isso.

A GEOECONÔMICA

Brasília cresceu e influenciou toda a região

CB — Agora, poderíamos colocar em discussão, aqui, a questão da geoeconômica, já que encontramos nisso, e é um dos itens aqui propostos.

NEWTON ROSSI — Ai tocou na menina dos olhos do René, aliás, Fernando, não sei se você sabia, o René foi Secretário da Fazenda de Goiás.

FERNANDO T. VALENTE — Fazenda e Minas e Energia. É uma bagagem, por isso eu fiz aquela indagação a ele.

NEWTON ROSSI — Eu acho, como o René colocou no início, que é muito importante analisarmos Brasília como um todo. Ela se integra numa região geoeconômica e a região se integra nela, também. Então, não há como se dissociar uma coisa da outra. E, falávamos até naquele projeto da Região Geoeconômica, aquele acalentado projeto que há muito tempo existe, que precisa ser feito um esforço tremendo para torná-lo realidade, e tem sido feito em grande parte, mas uma necessidade, e eu aproveitaria a oportunidade para me dirigir ao Superintendente da SUDECO, porque nós

Geoeconômica, cuja sigla, se não me engano é PERGEF.

FERNANDO T. VALENTE — O Banco Regional na realidade foi o primeiro a praticar esse programa da região, embora sem o nome e sem a dimensão que depois foi dada no Governo Geisel. Ele desde a sua criação vinha atuando, mesmo sem ter agência dentro do Estado de Goiás - as primeiras surgiram em 1975, em Goiânia. Mas, a porta de entrada ou de saída do Banco para o Estado de Goiás foi justamente a constatação de que já se vinha operando lá muito antes, então o Banco Central não teve como resistir quando se pediu aquelas primeiras dez agências para fora do Distrito Federal, em Goiânia, Anápolis e Unai. Realmente, uma das portas seria, vamos dizer, criar um outro banco, evidentemente que o momento talvez não seja adequado para isso.

RENÉ POMPÊO DE PINA — Aliás, eu acho que essa colocação do Tupinambá é bastante correta. Se analisarmos o que seria ideal, todos nós que militamos aqui seríamos unânimes em concordar que a criação de uma agência na região seria a situação ideal, poderia resolver ou estimular uma série de ações na região. Mas, considerando, por exemplo, a situação conjuntural, não digo da inviabilidade mas da oportunidade de um agente neste momento. Mas nós temos aí algumas coisas que poderiam ser exploradas de forma excepcional aqui na área, é uma otimização dos agentes existentes, regionalizando o crédito.

Então, quais os agentes existentes e que nós temos aqui? Primeiro, toda a rede oficial, dando ênfase, por exemplo ao Banco Regional de Brasília, ao Banco do Brasil, ao BASA, ao Banco do Desenvolvimento do Estado de Goiás, aos bancos dos Estados dessas áreas vizinhas, então, se nós, com uma etapa preliminar regionalizássemos o crédito para essa área, em outras palavras, nós, através de um sistema de controle destinássemos créditos específicos em todos esses agentes - o BRB, por exemplo eu sei que tem hoje para que tivesse uma aplicação exclusiva e orientada nesta área. Então, eu teria o seguinte, de tal forma que seria mais fácil - vou dar um exemplo aqui - instalar determinado tipo de indústria na Região Geoeconômica de Brasília do que, por exemplo, na Região Sul ou Sudeste do País. Portanto, se conseguíssemos uma política de regionalização do crédito, de tal forma que este nesta área fosse mais abundante, e um pouco orientado para aquilo que se definisse como prioritário na área, eu tenho a impressão que seria uma medida conciliatória, até que pudéssemos criar uma agência. Um dos bancos que poderá prestar um serviço muito grande nesse sentido é o BRB, e a minha opinião, até já discuti várias vezes com o Celso, eu acharia que o BRB devia expandir um pouco mais as suas ações. Nós entendemos que a coisa mais importante que Brasília trouxe para o País e para esta Região foi a criação de um pólo de desenvolvimento. E esse pólo será tanto mais eficiente quanto maior for o raio de ação dele, quer dizer, não adianta nós termos aqui uma Brasília com tudo e uma miséria em volta. Então, quanto mais fortes forem em si os conceitos, economicamente, em volta de Brasília, mais esta Região funciona como pólo irradiador de desenvolvimento para fora do País.

A tese que eu defendo como solução, não é que eu seja contra, pelo contrário, eu endosso as suas palavras de uma forma extraordinária, só que eu questiono a oportunidade e visto a própria conjuntura.

LUIZ ESTEVÃO — Eu gostaria de fazer aqui uma colocação, até uma colocação que soa um pouco estranha para todos aqui da mesa, já existe um agente de desenvolvimento, pode não ter o nome de banco, mas existe dentro do Banco de Regional de Brasília, e eu sou um dos beneficiários dessa linha de crédito, desse setor do banco, uma carteira de desenvolvimento, com uma grande vantagem que eu acho, é uma carteira desburocratizada, pequena, portanto de acesso e de solução fácil, o que

O crédito na geoeconômica deveria ser regionalizado

LINDBERG CURY — Eu faria uma pergunta, não poderia aqui, não poderia ser o Banco do Desenvolvimento Regional de Brasília?

NEWTON ROSSI — Mas não seria da região.

CELSO ALBANO — Ai há duas posições bem distintas: uma que o Banco Regional de Brasília está atuando realmente regionalmente na geoeconômica, inclusive com recursos do Distrito Federal ali repassados pela Secretaria de Finanças. O próprio Distrito Agroindustrial de Anápolis conta com financiamento para a própria infra-estrutura, há grandes financiamentos empresariais para o funcionamento do DAIA. Então, a ação do Banco Regional de Brasília também como banco de fomento, tem mais de 50% das suas aplicações fora do Distrito Federal; se não estou enganado, estamos na faixa de 60% de desenvolvimento fora do Distrito Federal, atuando nos Estados de Goiás e de Minas Gerais - em grande parte são recursos oriundos também do Distrito Federal, dentro do grande programa da

talvez não fosse tão simples se nós tivéssemos até uma estrutura de banco aqui. Agora, por incrível que pareça, o que eu acho que falta aqui não é dinheiro, que falta é projeto. Realmente, a grande carência da nossa cidade, da nossa região, não é a carência de dinheiro, é a carência de projetos. Eu citaria, por exemplo, alguns dados, lembrome, há alguns anos, o BNDE, e foi logo que o Banco Regional começou a trabalhar com isso, eu me beneficiei dessa linha de crédito, havia um programa que era o FINAC II, que era um programa de capitalização de empresas nacionais, com os juros de 5% e 20% de correção monetária ao ano prefixada, era o melhor negócio do mundo. Acho que pouquíssimos empresários nesta cidade e na região se candidataram a essa linha de crédito. Vou dar outro exemplo, existe uma linha de crédito no Distrito Federal estou até entrando numa área que não é a minha, o Sr. desculpe, Dr. Valente mas eu citaria, por exemplo, o FUNDEF -

que a própria exposição do René, porque ele está com uma posição que é mais ampla da que nós estamos - o Dr. René está com o Centro-Oeste - e quando eu comecei a falar, eu queria colocar uma posição bem distinta, porque quando ele fala em regionalização do crédito, mesmo que a da geoeconômica seja bem atendida, a de todo o Centro-Oeste, a que está afeta é a que mais sofre as influências do desenvolvimento da geoeconômica de Brasília, como pode influenciar sobre esse desenvolvimento. Então, o aspecto da regionalização de recursos, eu acho que é uma tese que se as classes empresariais de Brasília julgarem que deve ser defendida, isto deverá ocorrer como uma ligação entre a geoeconômica e mesmo toda a região Centro-Oeste, porque é grande a canalização de recursos da Região Centro-Oeste para fora, e ele sabe muito bem disso.

FERNANDO T. VALENTE — Eu gostaria de dar alguns números para vocês que vão causar, talvez, assim, algum espanto, isso a propósito de uma potencialidade que tem o comércio de Brasília e que não vem sendo totalmente explorada pelos comerciantes de Brasília - acredito que Brasília tem um mercado aí fora, e vamos pensar talvez em industrialização como consequência de um processo inclusivo de comercialização. Nós fizemos o balanço comercial do Distrito Federal no ano de 1981, processamos aquelas guias e evidentemente essas informações têm uma importância relativa. Nós temos entradas originárias de São Paulo, no Distrito Federal, da ordem de 50%. De Goiás, 16%; de Minas, 14%; do Rio de Janeiro, 10%; dos outros Estados, 10%. As saídas de Brasília são destinadas, 49% para Goiás; para Minas 15; para São Paulo, 10; para o Rio de Janeiro, 7; para os outros 19.

Então, existe uma grande força do comércio de Brasília, e aliás o Luiz Estevão poderá dar um depoimento de que a atividade empresarial dele cobre essa área, vende muito para fora e inclusive está trazendo para cá a sede de uma das empresas, pretensão que também é de outro concorrente seu, também centralizar as vendas aqui. Evidentemente, já para o Lindberg essa situação, pelo menos na área de veículos de passeio não responde, mas já na área de tratores acredito que pode ser explorado. Então eu acho que existe um grande campo a ser ocupado ainda pelo comércio de Brasília.

E evidente que tem uma coisa que nós fizemos e não vamos fazer: é o incentivo para a indústria: Goiás mesmo está com uma luta velha em torno disso, acredito que isso volte à tona agora com a discussão da prorrogação do Convênio da Amazônia, em que evidentemente Goiás vai voltar a tentar obter que uma parte do seu território seja incluído, que foi uma pretensão quando da discussão da prorrogação do Convênio de Salvador seja um dos incentivos do Nordeste, e que nós nos colocamos, não só nós como também Minas não abriu mão, nem o Estado do Rio, nós concordamos em que fosse dado um incentivo indiscriminado ao Estado de Goiás, e explico por quê. Não tinha sentido que nós permitíssemos um incentivo de ICM em Luziânia, porque aí as indústrias iam apenas através do lado do Gama. Mas concordamos que a partir de Anápolis, para esses centros industriais, fosse assegurado. Até certo ponto nós seremos aliados de Goiás, desde que não seja para encostar com o Gama, porque aí nós vamos é prejudicar ainda mais o Distrito Federal, permitir que a receita fique do lado de lá e os problemas fiquem do lado de cá.

CB — Ontem, a notícia chegou ainda meio curta, mas foi assinado pelo Presidente um convênio de mais recursos para a Geoeconômica...

RENÉ POMPÊO DE PINA — Realmente foi assinado, ontem, em Goiânia, agora, são recursos para os equipamentos da Região Geoeconômica, de outras áreas, mas da Região Geoeconômica, também. Isso dando seqüência a esse trabalho que nós estamos desenvolvendo, e num prazo relativamente curto, eu diria o seguinte, vamos dizer, até 1985 nós devemos ter todo o Distrito Federal com uma malha de equipamentos, os municípios, satisfatórios. Então, isso faz parte desse processo que está sendo desenvolvido, e o convênio assinado ontem em Goiânia teve o objetivo de reforçar, neste ano de 1982, com mais recursos para esses objetivos. Se nós fizermos uma comparação, hoje, da situação física dessa região com a mesma região há questão de 5 anos, vamos sentir que já há uma modificação muito grande -

esse pessoal se converte em utilizadores ou usuários em potencial dos equipamentos de Brasília, vamos dizer, no final de semana, no período de férias, etc., a cidade se preparando para desenvolver uma atividade de atração, agora mesmo o Jockey sendo ativado, Sociedade Hípica, Teatro, centros de diversões, centros de compra, esses centros comerciais em fase de implantação, eles poderão exercer uma grande atração - é uma das ideias que temos que atender em conjunto com vocês é a ideia de que, de maneira nenhuma se permita o comércio de Brasília fechar dia de sábado antes das 10 horas da noite, porque é a chance que se tem justamente de aproveitar - desculpe ali o goiano, René - os vizinhos...

RENÉ POMPÊO DE PINA — E, e depois roceiro gosta de ir para a cidade.

CB — Acho que também temos um tema que merece uma discussão mais ampla que é o problema da microempresa e do pequeno comércio, do empresário da periferia.

RENÉ POMPÊO DE PINA — Esse assunto é importantíssimo, eu acho que a solução desse problema tem muito a ver com o nosso próprio sistema de economia aberta. Nós não podemos pensar no Brasil ter uma economia estável, capitalista e democrática se nós não tivermos meios ou condições de dar à pequena empresa uma estabilidade. Então, acho que essa questão ela já quase que extravasa a nossa visão regional, é uma questão nacional pela importância que tem. E sendo nacional, aqui na nossa área ainda é mais

agora mesmo a geoeconômica ganhou ainda mais recursos

esse pessoal se converte em utilizadores ou usuários em potencial dos equipamentos de Brasília, vamos dizer, no final de semana, no período de férias, etc., a cidade se preparando para desenvolver uma atividade de atração, agora mesmo o Jockey sendo ativado, Sociedade Hípica, Teatro, centros de diversões, centros de compra, esses centros comerciais em fase de implantação, eles poderão exercer uma grande atração - é uma das ideias que temos que atender em conjunto com vocês é a ideia de que, de maneira nenhuma se permita o comércio de Brasília fechar dia de sábado antes das 10 horas da noite, porque é a chance que se tem justamente de aproveitar - desculpe ali o goiano, René - os vizinhos...

RENÉ POMPÊO DE PINA — E, e depois roceiro gosta de ir para a cidade.

CB — Acho que também temos um tema que merece uma discussão mais ampla que é o problema da microempresa e do pequeno comércio, do empresário da periferia.

RENÉ POMPÊO DE PINA — Esse assunto é importantíssimo, eu acho que a solução desse problema tem muito a ver com o nosso próprio sistema de economia aberta. Nós não podemos pensar no Brasil ter uma economia estável, capitalista e democrática se nós não tivermos meios ou condições de dar à pequena empresa uma estabilidade. Então, acho que essa questão ela já quase que extravasa a nossa visão regional, é uma questão nacional pela importância que tem. E sendo nacional, aqui na nossa área ainda é mais



A PROBLEMÁTICA



DE BRASÍLIA - I

A MICROEMPRESA

Como ajudá-las,
um problema
que sensibiliza todos

importante ainda, e a tese que eu defendo com grande insistência é um subprograma da reorganização do crédito, ali seria uma setorização, é no sentido de que nunca deve faltar nesta área crédito para a pequena e microempresa, em outras palavras, deve todo ano, nos programas dos agentes financeiros da região, sobrar crédito para a micro e para a pequena empresa. Isso aí vai exercer uma influência tão grande no desenvolvimento econômico e social desta região, e além do mais podemos tentar ver, a própria concepção de Brasília foi feita tendo isso como base — vejamos as superquadras, as lojinhas, os pequenos restaurantes, as lavanderias, as padarias, aquilo tudo foi feito no sentido de estabelecer, como é o caso, por exemplo, de Paris — Paris é uma cidade típica para isso, eu acho que Brasília vai a longo prazo ter muita coisa a ver com Paris nesse tipo de serviço. Paris é uma cidade de serviços, e de serviços a maioria de pequenas empresas. Brasília é uma cidade, por exemplo, que desde a sua concepção foi programada para isso. Eu acho que uma setorização de crédito nesse sentido poderá dar a essa micro e pequena empresa uma vitalidade maior. Agora, como eu falei no início, isso vale para a região e vale para o País, e acho até que essa é a grande questão que nós temos para o futuro, é uma questão da mais alta importância. E qual é a solução? Eu não saberia aqui levantar todas as soluções, levanto uma delas que é ter um crédito abundante e suficiente, isto é, qualquer pequena empresa que quiser um crédito para um empreendimento viável, ela deve ter acesso a esse crédito com relativa facilidade e a um custo razoável.

NEWTON ROSSI — Sua idéia é realmente importante, mas ela deveria ser acompanhada de outras providências. O que nós sentimos é que nós vivemos uma fase de transformação, do mundo, de mentalidade, e com o advento das grandes empresas, supermercados, shopping centers, a pequena empresa está sendo massacrada, porque ela não tem poder de competição. E o que nós observamos também é que as leis, os decretos-leis, as portarias, as resoluções, as normas, elas são feitas de maneira genérica, então, uma lei que é boa para uma grande empresa, poderá não ser para uma pequena empresa. Há uma necessidade premente de que essas normas sejam diferenciadas, que a grande empresa tenha determinadas leis

**Nunca deve
faltar crédito
aos pequenos**

para ela e que não sejam as mesmas para a pequena empresa, porque estas não têm o suporte que tem uma grande empresa, não têm condições de contratar técnicos, fazer planejamentos. E até mesmo, digo mais, as pequenas empresas às vezes são surpreendidas com débitos astronômicos, o fisco, porque desconhecem, são tantas as siglas, são tantos os tributos que se tem que recolher, tantos os livros, que elas são surpreendidas com correção monetária, juros, multas violentas, não por má fé, apenas porque desconhecem. Então, há uma necessidade de um tratamento diferenciado da pequena e da grande empresa.

RENÉ POMPEO DE PINA — Aliás, isso que você está dizendo ali corresponde aos dados numéricos — o Tupinambá pode confirmar o que eu vou dizer — se nós tentarmos levantar o que essas pequenas empresas representam em termos de receita da Secretaria da Fazenda, dele e de qualquer outro Estado, nós vamos verificar que elas não representam 10, nem 5% talvez. Enquanto a gente monta um esquema de fiscalização e de controle que é muito provável que custe quase que o próprio serviço.

NEWTON ROSSI — So para concluir, hoje nós recebemos dados importantes da Confederação Nacional do Comércio, 90% das empresas do Brasil são pequenas empresas, que prestam

uma contribuição ao desenvolvimento nacional muito grande, empresas que estão se definindo. A Associação Comercial há dois anos levantou uma bandeira que foi muito válida e depois recebeu o apoio da Cobal, foi um sucesso extraordinário — quero citar um exemplo dos Estados Unidos, Nova Iorque, nós temos lá aquelas famosas ruas das pequenas empresas, a Rua 42, 43, 44 e a 46, que é dos brasileiros, aquelas lojinhas têm um estoque mínimo, então o giro da mercadoria ali é rápido, dá uma lucratividade extraordinária porque não precisam de um capital de giro maior. Agora, ali existem, na 5ª Avenida, grandes firmas atacadistas abastecendo na hora as pequenas empresas dessas ruas; faltou mercadoria elas vão lá, buscam, e há esse rodízio extraordinário. Então, essa tese que a Associação Comercial levantou, talvez se pudéssemos aprofundar essa tese e elaborar projetos adequados ao Brasil e sobretudo a Brasília, seria a salvação da pequena empresa, sem dúvida nenhuma.

LINDBERG CURY — Eu gostaria de dar um testemunho sobre esse problema que foi levantado. Logo que nós assumimos a presidência da Associação, a nossa posse coincidiu com a inauguração de um hipermercado aqui em Brasília. Quinze dias depois apareceram mais de cem varejistas do Núcleo Bandeirante, Guarã, Setor de Indústria, dessas localidades, levando um problema que nós considerávamos da maior seriedade. Eles queriam uma solução; como é que eles podiam trabalhar se esse hipermercado estava há poucos quilômetros do Núcleo Bandeirante, e a população toda do Núcleo Bandeirante e do Guarã passou a comprar daquele hipermercado. Esses comerciantes es-

**As pequenas
estão sendo
massacradas**

tavam atravessando uma fase difícil, tinham compromissos e a alegação era que eles não demorariam e iriam para a falência. Realmente foi um dos problemas mais sérios, porque a Associação não tinha condições nem de combater um hipermercado, que traz uma tecnologia moderna, que abre um mercado de trabalho, emprego, essas coisas todas, que atende à população de uma maneira até muito melhor do que pela outra, e como tem um poder de compra muito grande, eles compravam à vista e podiam vender muito mais barato do que o infeliz do varejista que estava no Núcleo Bandeirante, para quem não valia a pe-

Apoio aos empresários

O Banco Regional de Brasília — BRB — tem, segundo a sua diretoria, ao longo de sua história procurado desenvolver uma política financeira de caráter eminentemente social. Atuando com vigor nas áreas econômicas como qualquer instituição de crédito, o BRB não se desviou, também, do apoio às classes empresariais da Grande Brasília, cidades-satélites e municípios da Região Geoeconômica da Capital da República, em sua grande maioria formada por microempresários.

O banco atua na parte operacional com as Carteiras de Desenvolvimento, de Crédito Geral e de Câmbio e Comércio Exterior, concedendo financiamentos de curto, médio ou de longo prazo, além das áreas da Diretoria Financeira que atua na captação de recursos e Diretoria Administrativa que funciona como atividade-meio para apoiar a consecução de seus objetivos finais.

Como órgão de fomento regional, com atuação na grande Brasília, cidadessatélites e região geoeconômica, o BRB, dentro de uma ação desenvolvimentista, tem procurado ir ao encontro do anseio das classes empresariais, dando prioridade ao atendimento do microempresário, situado em Brasília e nas cidades-satélites e, também, nos municípios da região geoeconômica

na ir a São Paulo para comprar dos grandes centros, então o problema foi levantado. Felizmente, inicialmente pensamos numa central de compras, ou seja, a Associação desenvolveria ou coordenaria essa central de compras, de modo que recolheria os recursos de todos, e compraria um estoque para ser distribuído ali. Então essa central de compras também teria um poder de compra muito grande; comprariamos, por exemplo, 300 mil sacos de açúcar e teríamos um preço especial e distribuiríamos entre eles. Nós desenvolvíamos essa idéia quando o Ministro da Agricultura nos convocou para uma reunião e colocou: "nós temos condições de fazer as duas coisas simultaneamente". E aí eu achei a idéia espetacular, uma idéia que se nós pudéssemos reunir as forças que temos aqui, inclusive do próprio Banco Regional para implantação desse sistema, nós solucionaríamos se não em todo, pelo menos em parte, uma grande parte do problema das microempresas. O Ministro propôs que as compras, ao invés de serem efetuadas através de uma central o fossem pela Cobal, centralizadas, numa experiência pioneira, num grande depósito, no Setor de Indústria. Daí, a Cobal como tem condições de pagar à vista e comprar em grande quantidade, ela repassaria essa mercadoria ao pequeno varejista. A idéia era monumental, funcionou bem, tivemos um fluxo de varejistas das cidades-satélites — o programa seria lançado inicialmente nas cidadessatélites — e além disso eles davam o treinamento ao comerciante, mudando a fachada, colocando os produtos mais adequados, o caixa no local certo, os conjuntos de atração. E começou a funcionar bem. Como o Governo não tinha condições de implantar isso de uma hora para outra, ele abriu, 200 casas foram abertas aqui no Distrito Federal. E funcionou perfeitamente bem. Aquele varejista já estava comprando um produto e vendendo muito mais barato à população carente — porque hoje nós temos um problema, a população de poder aquisitivo maior compra mais barato do que aquela de menor poder que está comprando no Núcleo Bandeirante. Com isso, esse comerciante passou a vender os produtos, principalmente esses de necessidade por um preço muito mais barato e ganhando muito mais.

Essa idéia foi espetacular, pena que no nosso País às vezes mudam os Governos e mudam os projetos também; cada Governo tem uma característica, o que entrou, principalmente no Ministério da Agricultura, achou que aquele projeto poderia aguardar uma outra ocasião, e foi colocado à margem. Então, se hoje nós tivéssemos, através da Cobal, meios de comprar, colocar no depósito e distribuir para esses pequenos varejistas, nós teríamos disciplinado uma porção de coisa: aquisição do produto, a distribuição, o treinamento, e nós veríamos que a curto prazo esses comerciantes seriam apoiados, inclusive pela faixa de microempresas poderiam ser financiadas pelo Banco Regional e teriam assistência

mais adequada, eles seriam os repassadores, principalmente de produtos alimentares. Controle de estoque, controle de preços, o Governo poderia, inclusive, influenciar na política de preços à população.

RENÉ POMPEO DE PINA — Há um ponto aí que eu acho que devemos considerar com muito cuidado. O Brasil está caminhando para uma economia aberta. Creio que essa sua idéia seria excelente, mas desde que o Governo não entrasse em nenhuma parte que se referisse à comercialização. Em outras palavras, que ele desse treinamento, tudo bem, que orientasse, que divulgasse, tudo isso eu acho válido, é necessário e mais do que isso, é função do Governo. Mas, na hora em que o Governo começa a entrar no processo comercial, então aí nós começamos a gerar uma série de distorções, quer dizer, a Cobal vende mais barato não é porque ela faz milagre para seu mais barato, é porque ela embute uma porção de coisas que uma iniciativa privada não embute, e daí para a frente. Ela começa a necessitar de mais capital, de mais recursos do Governo, e no fim nós chegamos a situações...

LINDBERG CURY — Isso é uma fase, poderia passar para um macromercado de abastecimento, como existe hoje nos países lá fora, os Estados Unidos têm essa experiência. O Governo começou quando transferiu, São Paulo tem.

RENÉ POMPEO DE PINA — Certo. Eu acho que todas essas iniciativas no sentido de facilitar o pequeno, a microempresa, são absolutamente válidas, mas desde que o Governo se restrinja à sua função específica de ser apenas o legislador dos processos econômicos e não o participante.

LINDBERG CURY — Ele seria participante como fornecedor, só, mais nada. Você imagina como é que um comerciante lá no Núcleo Bandeirante pode enfrentar um hipermercado, o pequeno? Ele compra a prazo, quando compra a prazo não pode nem discutir preço.

CELSO ALBANO — O problema da microempresa, a meu ver, deve ser encarado no sentido realmente de conjugação de esforços, as próprias entidades de classe participarem dos problemas da microempresa, participarem dos órgãos que dão treinamento, no caso do CEAG — vou mencionar aqui, por um andamento um tanto apático em relação à microempresa, o CEAG estava com a atuação, e não estou criticando o CEAG, mas o funcionamento das coisas ligadas à microempresa, a própria representação de classe empresarial no CEAG também não comparava, porque o elemento, o instrumento em si estava apático. Mas a coisa começou a mudar e nestes últimos anos nós tivemos uma movimentação mais extensa do próprio CEAG, uma sensibilidade grande do Distrito Federal, que no caso específico do Secretário de Finanças não tem criado a menor dúvida para alocar recursos para atendimento à microempresa. E, por outro lado, os próprios empresários serem também trabalhados, no

caso das entidades de classe, no sentido de uma educação gerencial, porque não só o CEAG, mas aqueles líderes empresariais fazerem ver ao microempresário que é conveniente para eles acreditar e procurar esses organismos. Eu creio que isso realmente tem dado uma feição nova à microempresa por aqui. Nós sentimos, no Banco, que houve uma modificação.

Em disponibilidade de recursos nós já temos, além do que já tínhamos aplicado, as disponibilidades com que já contávamos, recentemente o Secretário de Finanças já colocou mais 100 milhões de cruzeiros à disposição que, adicionados aos 00 milhões que vêm do CEBRAI, nós teremos um incremento de recursos, para este ano, da ordem de 200 milhões de cruzeiros, exclusivamente para a microempresa, a juros altamente favorecidos. Isso já está dentro de um esquema de trabalho. Já temos como exemplo — creio que o primeiro exemplo de atendimento de bloco foi com a presença brilhante do nosso presidente da ACFD no Núcleo Bandeirante, quer dizer, tem um trabalho da agência para acelerar o processo de cadastramento de informações, vai uma kombi, atende o microempresário, prepara o cadastro, no máximo em uma semana são atendidos 15, 20 elementos daqueles, com o crédito, com a liberação de recursos na conta do microempresário. Porque o microempresário, ele também não tem empregado para ficar no lugar dele enquanto ele sai do balcão e vai levar 3, 4, 5 dias indo ao Banco; ele tem que resolver o negócio dele é na hora, coitado. Tivemos exemplo disso no Núcleo Bandeirante, em Planaltina onde se implantou uma central de compras — eles chegaram a ir um pouco mais longe, pintando as casas com o mesmo colorido para identificar as casas que participavam da central de compras e que poderiam oferecer melhores resultados de negociação. E várias daquelas empresas registraram crescimento superior a 250% nas duas vendas — microempresários mesmo, pequeníssimos empresários.

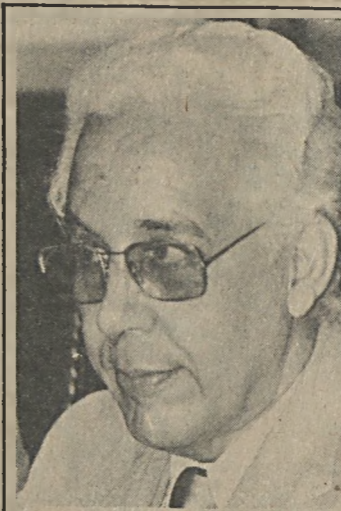
E eu falei sobre o problema de sensibilidade do Governo, e agora mesmo nós estamos com um problema de Planaltina, em que os microempresários não podem ter financiamento para construir os seus imóveis porque não têm o terreno liberado para hipotecar ao banco. Quer dizer, já foi uma vitória da classe empresarial quando conseguiram que os terrenos — o Governo teve a sensibilidade de criar a condição para que o terreno pudesse ser utilizado em termos comerciais, em termos empresariais, atividade econômica. E depois disso, agora, o BRB com a Terracap, procuraram dentro desse esquema de Governo do Distrito Federal, gerar as condições para financiar esse terreno mesmo que

**90% das
empresas são
pequenas**

ele não esteja pago. Ele está vinculado à Terracap, mas o BRB vai trabalhar para financiar essa empresa tomando esse próprio terreno como garantia. Já tive oportunidade de conversar com o Secretário de Finanças, que se mostrou muito receptivo também para isso, estamos conduzindo o assunto em nível de BRB e Terracap para ver como se faz um convênio nesse sentido. Agora, é preciso — eu disse sensibilidade do Governo, e felizmente temos contado, é que o Governo seja até um pouco agressivo para ir ao comerciante, se o microempresário não teve ainda o discernimento de procurar os órgãos, o Governo não ter nenhum receio de ir a esse microempresário. Então, felizmente nós temos tido esse tipo de trabalho e temos tido apoio dos elementos do Governo, no caso do Governo, do Secretário de Finanças, não temos tido a menor dificuldade para conduzir esse assunto da microempresa dessa maneira. Estamos trabalhando agora em Ceilândia, também com as entidades de classe e sempre temos feito com ligação com as entidades de classe, procurando as Associações Comerciais das cidades-satélites para começar o trabalho junto ao microempresário. Porque ele polariza, ele ajuda, ele facilita, ele está lá todo dia. Em Ceilândia surgiu uma idéia de limpar o cadastro do microempresário — tem microempresário que não pode tomar dinheiro emprestado no Banco, o Banco não pode emprestar porque ele tem um protesto de 1.500 cruzeiros, de um ano atrás.

O economista Fernando Tupinambá Valente, atual secretário de Finanças do GDF, tem 54 anos e nasceu em São Luís do Maranhão. É casado com Rêa Sylvia Bastos Valente e tem dois filhos. Exerceu em sua vida pública, iniciada em 1949, entre outras, as seguintes funções: Diretor Presidente do Banco Regional de Brasília, de 1974 a 1976; Presidente do Conselho de Administração da Terracap e atualmente secretário de Finanças do Governo do Distrito Federal, tendo assumido em abril de 74. É ainda microempresário que não pode tomar dinheiro emprestado no Banco, o Banco não pode emprestar porque ele tem um protesto de 1.500 cruzeiros, de um ano atrás.

Como pensar numa economia aberta, capitalista e democrática sem que haja condições de dar à pequena empresa estabilidade e os meios de crescer? Para Brasília e sua região geoeconômica, o problema da microempresa, da pequena e da média empresas é fundamental. Em Brasília alguma coisa tem sido feita, especialmente através do BRB, mas ainda há muito a ser feito



Newton Rossi é presidente da Federação do Comércio de Brasília, do Sesc, e do Senac.

Ele é também fundador e primeiro presidente do Sindicato do Comércio Lojista de Brasília e da Associação Comercial do DF, onde exerceu cargos de diretor, vice-presidente e presidente em exercício, diretor do Sindicato do Comércio Atacadista de Materiais de Construção de Brasília, membro do Conselho Fiscal do Sindicato do Comércio Varejista de Brasília, sócio fundador do Clube dos Diretores Lojistas, ex-membro do Conselho Nacional de Metrologia e Normas Técnicas do Ministério da Indústria e do Comércio. Além disso, Newton Egidio Rossi também acumula as funções de Presidente do Conselho Regional do Senac e do Sesc no Distrito Federal, onde tem realizado um trabalho voltado principalmente à valorização social dos trabalhadores, pelo que já foi agraciado com inúmeras Ordens de reconhecimento.



Lindberg Aziz Cury, atual presidente da Associação Comercial do DF, nasceu e criou-se na vizinha cidade de Anápolis e incluiu-se no grupo que acompanhou a construção de Brasília. Transferiu-se definitivamente para Brasília após sua inauguração, adquiriu, em 1974, o controle acionário do Grupo Planalto de Automóveis — que hoje conta com cinco empresas garantindo emprego a mais de 500 pessoas — atuando em Brasília, Minas, Goiás e Bahia. Formado em Direito há mais de 20 anos, não perdeu contato com a juventude e, por diversas vezes foi Parainfo e Patrono de várias turmas de cursos de 2º grau e universitários. É ainda fundador da Federação do Comércio de Brasília, do Sindicato do Comércio Varejista de automóveis, Peças e Acessórios e da Associação Brasileira de Revendedores de Veículos.



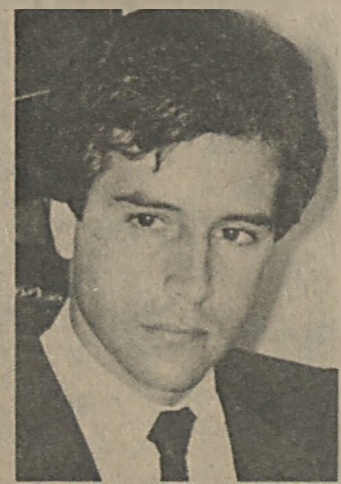
O economista Fernando Tupinambá Valente, atual secretário de Finanças do GDF, tem 54 anos e nasceu em São Luís do Maranhão. É casado com Rêa Sylvia Bastos Valente e tem dois filhos. Exerceu em sua vida pública, iniciada em 1949, entre outras, as seguintes funções: Diretor Presidente do Banco Regional de Brasília, de 1974 a 1976; Presidente do Conselho de Administração da Terracap e atualmente secretário de Finanças do Governo do Distrito Federal, tendo assumido em abril de 74. É ainda microempresário que não pode tomar dinheiro emprestado no Banco, o Banco não pode emprestar porque ele tem um protesto de 1.500 cruzeiros, de um ano atrás.



Celso Albano Costa, diretor presidente do Banco Regional de Brasília, nasceu em Salvador, Ba, há 42 anos. Formado em Ciências Econômicas pela UFBA e com cursos de pós-graduação Mestrado no exterior, é professor de várias entidades de ensino e da Pontifícia Universidade Católica. Especialista em Administração, Ciências Contábeis, Marketing e outras áreas, ocupou destacados cargos de direção no Banco do Brasil, desde 1955, quando ingressou. Autor de grandes projetos industriais, também já participou de inúmeros debates internacionais sobre Trabalho e Treinamentos. Possui vários trabalhos publicados, e já participou de várias mesas-redondas sobre Tecnologia e Problemas de Mão-de-Obra, em Genebra diversos cursos do Banco do Brasil.



René Pompeo de Pina é o atual superintendente da Sudeco. Ele nasceu em Palmeiras de Goiás (GO), há 41 anos. É diplomado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e fez o curso de pós-graduação, sendo diplomado master of science (mestrado em ciência) pela University of Colorado-EUA, em 1970. É também professor titular do Departamento de Eletrotécnica da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Goiás, desde 1965, e engenheiro das Centrais Elétricas de Goiás. Antes de assumir a superintendência da Sudeco, em 79, Pompeo de Pina foi secretário de Minas e Energia e Telecomunicações do Estado de Goiás (75/76); secretário da Fazenda do Estado de Goiás (76/79).



Luiz Estêvão Oliveira Neto tem 33 anos, é casado com D. Cleury Meireles de Oliveira com quem tem três filhos. Entre as atividades que já exerceu destacam-se as seguintes: Diretor Administrativo do Frigorífico Santa Fé S.A.; Diretor Comercial da Automóvel Maluf S/A; Sócio-gerente da Removadora de Pneus OK; Sócio-gerente da OK Automóveis Peças e Serviços Ltda; Diretor da Tecar Comércio e Assistência Técnica de Veículos Ltda; Diretor da Tecny Veículos Ltda, e, atualmente, é sócio gerente da Pneus OK, sede Uberlândia (MG).